

00599/2020  
Nº do Processo

NOME Luiz Antonio Silva Neves - Prefeito  
ESPÉCIE Pensagem nº 181/2020 referente ao Projeto de Lei nº  
DATA 08/05/2020  
ASSUNTO " Altera os quantitativos do Quadro Pessoal, constantes  
na Lei nº 119, de 30 de março de 2004.

## D. ANEXOS

## DISTRIBUIÇÕES

[illegible]

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO

*Im. P. de*  
**Câmara Municipal de Pirai**  
**Protocolo nº 00599**  
**08 MAI 2020**  
Livro \_\_\_\_\_ Fls \_\_\_\_\_

**CMP - PIRAI - RJ**  
Processo nº 00599  
Rubrica *Im. P. de* Fls 02

**MENSAGEM Nº 018/2020**  
=====

Pirai, 07 de maio de 2020.

Exmo. Sr. Presidente,  
Nobres Edis.

Através da presente mensagem, encaminho para a apreciação, dos Senhores Vereadores, Projeto de Lei que tem como escopo alterar o quantitativo do Quadro de Pessoal, constante da Lei nº 719, de 30 de março de 2004, para o cargo de Assistente Social - 06 vagas dos atuais 16 para 22, objetivando atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos das autorizações constitucionais e leis municipais pertinentes.

A alteração em epígrafe, visa atender a demanda da Secretaria Municipal acima indicada, visto a aumento dos serviços executados, para exercerem suas atividades junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Pirai; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Arrozal e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS conforme explicitado no memorando que acompanha a presente Mensagem, com servidores aprovados no Concurso Público realizado, atendendo, assim as exigências do Tribunal de Contas do Estado.

Salientamos que as vagas a serem criadas, são absolutamente necessárias ao bom desempenho das atividades públicas e serão preenchidas mediante convocação dos concursados aprovados em concurso público.

**Exmo. Sr. Vereador**  
**ALEX JOAQUIM DA SILVA**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal de Pirai**  
**PIRAÍ - RJ.**



*Im. P. de*

Expediente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1ª Discussão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

2ª Discussão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Disc. Única em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Encaminhado ao Executivo, através

Ofício Nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

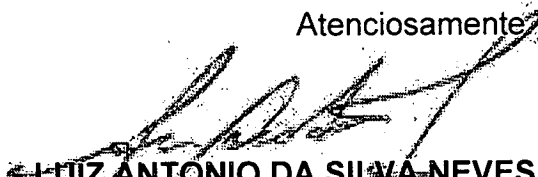
Informativo Nº \_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO

Nesta oportunidade solicitamos a essa Egrégia Casa de Leis, a abertura de vagas nos cargos descritos nos Projetos em apenso em regime de urgência, que, em suma, obedecem aos imperativos legais que regem a admissão de servidores públicos, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal e, das deliberações do Tribunal de Contas do Estado.

Com o apoio dos Nobres Edis, esperamos que o projeto seja aprovado, nos termos propostos, motivo pelo qual, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

  
LUIZ ANTONIO DA SILVA-NEVES  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMP- PIRAI - RJ

Processo Nº 00598

Rubrica *[assinatura]* Fls 01

Data 15 ABR 2020

Folhas 02

Piraí, 14 de abril de 2020.

Memorando nº 269/2020

Da: Secretaria Municipal de Assistência Social

Para: Prefeito

Assunto: ABERTURA DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2019

Exmo. Sr.,

Solicitamos a V. Ex<sup>a</sup>. valorar a possibilidade quanto a abertura de vaga para efetivação de profissionais aprovados no Concurso Público, Edital 01/2019, sendo: 6 (seis) Assistentes Sociais. Tal solicitação se faz necessária para adequar as equipes mínimas das unidades socioassistenciais, com as respectivas justificativas abaixo esclarecidas.

**a) 2 (dois) Assistentes Sociais para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Piraí:**

Atualmente, e desde quando organizamos as áreas e territórios de abrangência das unidades de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Piraí ficou como referência para os acompanhamentos familiares das áreas 4 e 5, que não possui cobertura de CRAS, ocasionando assim, um aumento significativo de atendimentos técnicos anual, como demonstrado na tabela a seguir.

**Total de Atendimentos realizados no CRAS Piraí entre os anos de 2015-2019**

Anos	Atendimentos
2015	1.973
2016	1.726
2017	2.235
2018	2.701
2019	2.583 <sup>1</sup>

Fonte: Relatório Mensal de Atendimentos dos CRAS

<sup>1</sup> decréscimo do total de atendimento pela saída de profissional técnico que cobria as áreas 4 e 5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMP- PIRAI - RJ

Processo Nº 00599

Rubrica [assinatura] Fis 05

Apesar de em 2018, ampliarmos a equipe técnica com mais 2 (dois) profissionais: - 1 (um) Assistente Social e 1 (um) Psicólogo, para o atendimento específico nas áreas 4 e 5, possibilitando o conhecimento e referenciamento do território para atenção em CRAS, não foi suficiente diante das demandas sociais identificadas nestas localidades, para efetivação de um trabalho com excelência. Acrescentando também, a geografia desses territórios que necessitam de ações e processos de trabalho com deslocamento das equipes, para garantir o acesso da população. Portanto, necessitamos ampliar a equipe mínima desta unidade, para absorver as demandas que chegam diariamente, e conseqüentemente o porvir das situações econômicas que surgirão com a conjuntura atual de enfrentamento a pandemia do coronavírus.

**b) 2 (dois) Assistentes Sociais para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Arrozal:**

Atualmente o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Arrozal, está funcionando somente com 2 (dois) profissionais técnicos: - 1 (um) Assistente Social e 1 (um) Psicólogo, para o atendimento das demandas de sua área de abrangência, a saber: os bairros de Arrozal, Jaqueira, Varjão, Chico Ilhéus, Cava, Vista Alegre e Assentamento Roseli Nunes, com um quantitativo de 3.410 famílias referenciadas, e média de 800 atendimentos técnicos anual. Há necessidade de deslocamento da equipe para os territórios, além do bairro de Arrozal - onde está localizado o CRAS, assegurando a necessidade de garantir acesso a população nos bairros geograficamente estratégicos, o que não ocorreu ao longo de 2019 pela ausência de profissionais. Portanto, a ampliação e adequação da equipe mínima nesta unidade torna-se imprescindível, principalmente neste momento atual de enfrentamento a pandemia do coronavírus, para garantir acesso a população no atendimento das questões sociais.

**c) 2 (dois) Assistentes Sociais para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS:**

Atualmente o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS vem atuando sem a equipe mínima preconizada pela NOB-RH/SUAS, conta com 2 Assistentes Sociais e 2 psicólogos para o atendimento de todos os territórios do município, nos casos de situações de violência. Somam-se ainda o aumento de demandas específicas de acompanhamento técnico, a saber: adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas em situação de rua, encaminhamentos do Sistema de Garantia de Direitos - Tribunal de Justiça e Ministério Público (*em 2019 recebeu 72 demandas, que necessitam de intervenções diversas, tais como: acompanhamentos intensivos, realização de visitas domiciliares, articulações com a*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**CMP- PIRAI - RJ**  
Processo Nº 00595  
Rubrica *[assinatura]* Fls 06

*rede de proteção, com retorno de relatórios técnicos detalhados e com prazos estabelecidos por estes órgãos; e até a presente data a unidade já recebeu 30 solicitações de intervenção*), encaminhamentos da rede intersectorial : Saúde e Educação, encerrando em 2019 com um quantitativo de 143 famílias em situação de violência que necessitam de acompanhamentos especializados. Cabe aqui esclarecer que o município de Piraí, como característica de pequeno porte II, possui pactuação nacional, em relação ao CREAS, para capacidade de atendimento de até 80 famílias em acompanhamento, extrapolando assim sua capacidade ao longo dos últimos anos, comprometendo a eficiência e garantia de acesso a população.

**Dados estatísticos do CREAS**

Descrição	2017	2018	2019
Total de famílias cadastradas	998	1.021	1.241
Total de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	102	126	143
Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa (liberdade assistida, prestação de serviço a comunidade, e semiliberdade)	02	05	14
Total de atendimentos realizados	764	1.116	1.328
Total de visitas domiciliares realizadas	311	442	401
Total de atendimentos a pessoa em situação de rua	71	75	115
Kit higiene fornecido a pessoa em situação de rua	14	17	43
Alimentação fornecida a pessoa em situação de rua	46	46	91
Passagens fornecida a pessoa em situação de rua	--	--	60

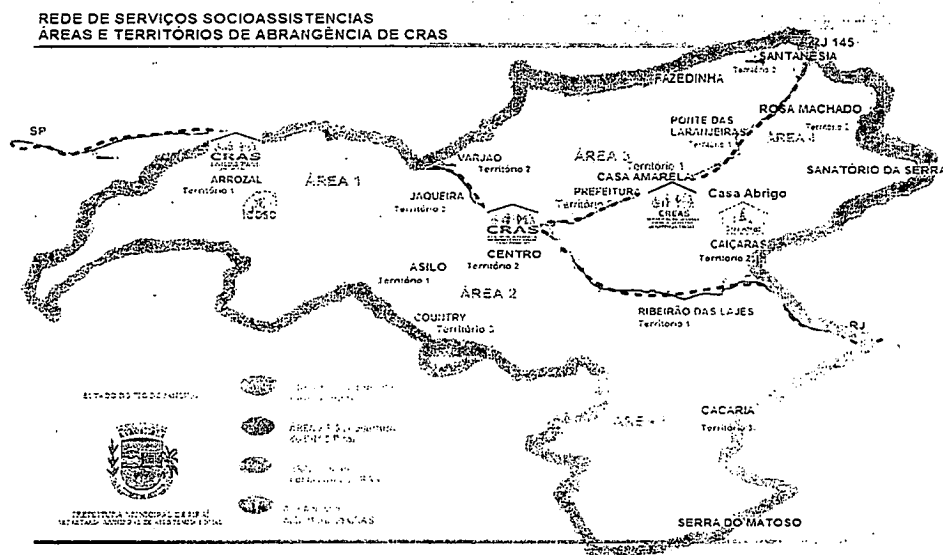
Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do CREAS

Portanto, a adequação da equipe mínima desta unidade é essencialmente necessária para continuidade de cuidados e atenção as famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A segui o mapa de abrangência das unidades, com a divisão de áreas e territórios.



Na oportunidade, reiteramos a V. Ex.<sup>a</sup>. Protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

*[assinatura]*

HELOISA SOUZA LIMA MACHADO  
Secretária Municipal de Assistência Social





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
GABINETE DO PREFEITO

CMP- PIRAI - RJ

Processo Nº 00598

Rubrica [assinatura] Fis 01

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Luiz Antonio da Silva Neves**, Prefeito do Município de Piraí, declaro para fins de atendimento ao estabelecido no art. 16 da Lei Complementar 101/2000, que o aumento de despesas relativo à **"abertura de vagas no quadro de pessoal"**, formulada através do Processo Administrativo nº **05436/2020**, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Declaro ainda, que o Município de Piraí não ultrapassou os limites de Despesa com Pessoal, estando abaixo do limite definido no art. 20 da LRF inciso III alínea a e b, e que até o mês de **março de 2020** o percentual aplicado correspondeu a **41,20% (quarenta e um vírgula vinte por cento)**, não sendo necessário adotar providências previstas no art. 23 da LRF de 04/05/2000.

Por ser verdade, firmo o presente.

Piraí-RJ, 28 de abril de 2020.



**LUIZ ANTONIO DA SILVA NEVES**  
PREFEITO







PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ  
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

CMP- PIRAÍ - RJ

Processo Nº 00593

Rubrica Fls 09

CONSOLIDAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO  
ATÉ MARÇO / 2020 (Últimos 12 meses)

DESCRIÇÃO	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO		TOTAL
	CÂMARA	PMP / FMAS FMCA / FMS	FPSMP	
<b>DESPESA DE PESSOAL</b>	<b>5.400.385,76</b>	<b>81.982.919,07</b>	<b>17.218.706,56</b>	<b>104.602.011,39</b>
Inativos PMP	0,00	0,00	712.148,11	712.148,11
Pensionistas PMP	0,00	0,00	486.341,15	486.341,15
Indenizações e Restituições (313093/313096)	0,00	107.297,50	0,00	107.297,50
Transferência a Consórcios Públicos	0,00	11.238,72	0,00	11.238,72
Contratação por Tempo Determinado	0,00	8.668,33	0,00	8.668,33
Pessoal Ativo	4.392.071,83	71.122.268,52	746.343,41	76.260.683,76
Obrigações Patronais RGPS	662.336,53	1.942.223,37	18.777,23	2.623.337,13
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil - Horas Extras	0,00	2.196.377,93	0,00	2.196.377,93
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	21.459,50	6.682,60	28.142,10
Indenizações e Restituições Trabalhistas	188.551,85	630.526,50	0,00	819.078,35
Consolidação Patronal para o RPPS	157.425,55	5.924.173,92	66.387,78	6.147.987,25
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários (Auxílio Doença)	0,00	0,00	782.060,65	782.060,65
Despesa de Exercício Anterior - RPPS	0,00	18.684,78	0,00	18.684,78
Inativos	0,00	0,00	11.588.512,01	11.588.512,01
Pensionistas	0,00	0,00	2.784.913,46	2.784.913,46
Salário Família (Ativo)	0,00	0,00	26.540,16	26.540,16
Salário Família (Inativo)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Deduções</b>	<b>188.551,85</b>	<b>777.968,28</b>	<b>15.188.708,88</b>	<b>16.155.229,01</b>
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	782.060,65	782.060,65
Convocação Extraordinária	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições (313093/313096)	0,00	107.297,50	0,00	107.297,50
Indenizações e Restituições Trabalhistas	188.551,85	630.526,50	0,00	819.078,35
Inativos (Recurso Vinculado)	0,00	0,00	11.588.512,01	11.588.512,01
Pensionistas (Recurso Vinculado)	0,00	0,00	2.784.913,46	2.784.913,46
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Família (Ativo)	0,00	0,00	26.540,16	26.540,16
Salário Família (Inativo)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Exercício Anterior	0,00	21.459,50	6.682,60	28.142,10
Despesa de Exercício Anterior - RPPS	0,00	18.684,78	0,00	18.684,78
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5.211.833,91</b>	<b>81.204.950,79</b>	<b>2.029.997,68</b>	<b>88.446.782,38</b>

Receita Corrente Líquida

214.675.032,19

Regis Pierro da Silva

Coordenador de Controle Interno

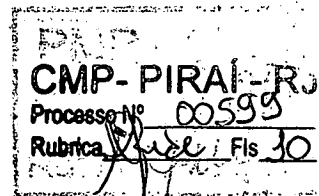
Mai.: 11169 CORCON-2020

Percentual Aplicado	LIMITES			
	Aplicado	Máximo	Prudencial	Alerta
(Executivo)	41,20%	60,00%	57,00%	54,00%
(PMP/FMAS/FMCA/FMS)	37,83%	54,00%	51,30%	48,60%
(FMSMP)	0,95%			
(Legislativo)	2,43%	6,00%	5,70%	5,40%





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
Coordenadoria de Controle Interno



**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**  
(nos termos do Art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000)

**PROCESSO ADM. Nº: 05436/2020**

**REFERÊNCIA: ASSISTENTE SOCIAL I**

**CARGO: ASSISTENTE SOCIAL I**

**QTDE: 06 (SEIS)**

Anexo I (Art. 16, inciso I, LC 101/2000)

PROJEÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL PARA 2020				
VALOR ESTIMADO DA DESPESA 2020 (A)	TOTAL DA DESPESA PESSOAL MARÇO/2020	TOTAL DA DESPESA PROJETADA	TOTAL PREVISTO NO ORÇAMENTO	% APLICADO COM OS ACRESCIMOS
R\$ 86.477,23	R\$ 88.446.782,38	R\$ 92.585.096,22	R\$ 91.867.256,00	43,13 %

Obs: Considerando a Receita Corrente Líquida efetivamente arrecadada de MARÇO/2020 de R\$ 214.675.032,19

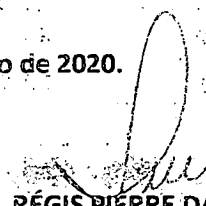
EXERCÍCIOS	TOTAL DA DESPESA PROJETADA COM ACRESCIMO DE 5%	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PROJETADA COM 5% DE ACRESCIMO	% APLICADO COM OS ACRESCIMOS
2021	R\$ 94.135.687,48	R\$ 220.792.811,85	42,64%
2022	R\$ 95.007.262,52	R\$ 231.832.452,44	40,98%

ESTIMATIVA DA DESPESA DE PESSOAL						
EXERCÍCIO	VALOR R\$	LIMITES				PERÍODO
		Aplicado	Alerta	Prudencial	Máximo	
2020	R\$ 92.585.096,22	43,13%	54,00%	57,00%	60,00%	ABRIL à DEZ/2020
2021	R\$ 94.135.687,48	42,64%	54,00%	57,00%	60,00%	JANEIRO à DEZ/2021
2022	R\$ 95.007.262,52	40,98%	54,00%	57,00%	60,00%	JANEIRO à DEZ/2022

Obs.: Como estimativa para as despesas de caráter continuado foi considerada para o ano de 2020, O VALOR já comprometido com a despesa de pessoal na competência MARÇO/2020 acrescido dos encargos patronais, férias e 13º proporcional. Para os exercícios subsequentes foram considerados os doze meses acrescido de 5%.

A referida despesa enquadra-se na previsão orçamentária do exercício financeiro de 2020, assim como está compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração, tendo como fonte de recursos as receitas tributárias e as transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, não infringindo, portanto, quaisquer disposições da legislação, especificamente o Art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Prefeitura Municipal de Pirai, 05 de maio de 2020.

  
RÉGIS PIERRE DA SILVA  
Coordenador de Controle Interno  
Economista - CORECON-RJ: 27355



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAI  
Coordenadoria de Controle Interno

CMP- PIRAI - RJ

Processo Nº 00599

Rubrica 31

## METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

## CUSTO MENSAL COM 01 (UM) ASSISTENTE SOCIAL I R\$ 2.058,98

METODOLOGIA DE CÁLCULO			
CUSTO MENSAL DA ABERTURA DE VAGAS	OBRIGAÇÃO PATRONAL 11,85%	PROVISÃO PARA 50% FERIAS 1/12	PROVISÃO P/13º SALARIO 1/12
R\$ 1.642,75	R\$ 210,89	R\$ 68,45	R\$ 136,90

## CUSTO ANUAL COM 01 (UM) ASSISTENTE SOCIAL I R\$ 24.707,78

METODOLOGIA DE CÁLCULO			
CUSTO ANUAL DA ABERTURA DE VAGAS	OBRIGAÇÃO PATRONAL 11,85%	50% FERIAS	13º SALARIO
R\$ 19.713,00	R\$ 2.530,66	R\$ 821,38	1.642,75

CUSTO ESTIMADO COM 06 (SEIS) ASSISTENTE SOCIAL I  
EXERCÍCIO DE 2020 - R\$ 86.477,23

METODOLOGIA DE CÁLCULO			
PROPORCIONAL A 07 MESES	OBRIGAÇÃO PATRONAL 11,85%	50% FERIAS	13º SALARIO
R\$ 68.995,50	R\$ 8.857,30	R\$ 2.874,81	R\$ 5.749,63

CUSTO ESTIMADO COM 06 (SEIS) ASSISTENTE SOCIAL I  
EXERCÍCIO DE 2021- R\$ 155.659,02

OBS: COM ACRÉSCIMO DE 5% DE PERDA SALARIAL

METODOLOGIA DE CÁLCULO			
ABERTURA DE VAGA PARA ASSISTENTE SOCIAL	OBRIGAÇÃO PATRONAL 11,85%	50% FERIAS	13º SALARIO
R\$ 124.191,90	R\$ 15.943,14	R\$ 5.174,66	R\$ 10.349,33

CUSTO ESTIMADO COM 06 (SEIS) ASSISTENTE SOCIAL I  
EXERCÍCIO DE 2022 - R\$ 163.441,97

OBS: COM ACRÉSCIMO DE 5% DE PERDA SALARIAL

METODOLOGIA DE CÁLCULO			
ABERTURA DE VAGA PARA ASSISTENTE SOCIAL	OBRIGAÇÃO PATRONAL 11,85%	50% FERIAS	13º SALARIO
R\$ 130.401,50	R\$ 16.740,29	R\$ 5.433,40	R\$ 10.866,79

Prefeitura Municipal de Pirai, 05 de maio de 2020.

RÉGIS PIERRE DA SILVA  
Coordenador de Controle Interno  
Economista - CORECON-RJ: 27355



**PROJETO DE LEI Nº 23/2020**  
=====

**Altera os quantitativos do Quadro de  
Pessoal, constantes na Lei nº 719, de 30  
de março de 2004.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,**

**Artigo 1º** – Ficam alterados os quantitativos de  
cargos do Quadro de Pessoal, constantes na Lei nº 719, de 30 de março de  
2004, nos termos do anexo I desta Lei.

**Artigo 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

**Artigo 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

\*\*\*\*\*

*[assinatura]*



**ANEXO I**

Lei nº 719, de 30 de março de 2004.

Quantidade de Cargos – Assistente Social
22

[assinatura]



Ao Diretor Legislativo  
Para providências cabíveis.

Em 08/05/2020

Alex Joaquim da Silva  
Presidente  
Câmara Municipal de Pirai - RJ

Ao Dep. de Contabilidade,  
Para análise. Após, encaminhe  
ao Procurador-Geral.

Em: 11/05/2020

Francis Bévilaque Lima

Ao Proc. Geral

Segue o presente para os  
representantes legais e sempre  
informar que o objeto de  
atuação dos funcionários  
do quadro de pessoal cons-  
põe-se na Lei 719/2004 por a-  
tribuição de atribuições  
de parte da SM de Assis-  
tência Social conforme memo-  
rando 269/2020 em anexo.  
Consta a folha no 08 e de-  
claração do orçamentário  
desta e às folhas 09 e  
10 o estimativo de impacto  
orçamentário financeiro sem  
consolidar a RCL para o pre-

CMP- PIRAI - F

Processo 00599

Rubrica 14 de 34

sentido de 214.675,032, 19  
e para os dois próximos exer-  
cícios de 220.792.877,85 e 237.832,42  
respectivamente 2021 e 2022.

Em 14/05/2020

Simone da Ghirlinzoni  
Chefe de Gabinete  
CRC RJ-118107/O-1  
Matrícula: 196-3

Ao Subprocurador Geral  
Para análise e  
conclusão.

Em 18.05.20

*[Assinatura]*

Lourivane Norris Ribeiro  
Procurador Geral  
Matr: 080-2

Ao Diretor Legislativo  
Encaminho-lhes os autos à  
Direção Legislativa contendo  
Parecer favorável para aprovação  
dos Projetos de Lei, para mani-  
festação e lavatura de Parecer  
conclusivo das Comissões competen-  
tes.  
Outrossim, esclareço-lhes de que  
as Comissões Competentes, caso  
assim entenda, poderão pres-  
entar outras informações e  
considerações que julgar neces-  
sárias bem como anexar  
outros documentos. Em 20/05/2020


Roberto Souza de Oliveira  
Hb. 195-6

À(s) Comissão(ssões) leg.

Just. e Rel. Final  
Finanças e Orçamento  
Saúde e Assistência Social

Para indicar Relator

Em 21/05/2020

  
Francis Bevilacqua Lima

Comissão Legislação

Just. e Rel. Final

Recebi em 25/05/2020

  
Presidente


Nome do Relator DARLEI

BARBES DE MORAES

Em 10/06/2020

Ao Exmo. Sr. Presidente,  
Informo que o P.L. foi rejeitado  
pelas Comissões. Por este razão,  
opino pelo envio de ofício ao  
Executivo informando a decisão.

Em 10/06/2020

  
Francis Bevilacqua Lima

Wander

Certo, ao Dep.

tao Legislativo

Alex Joaquim da Silva

Presidente

Câmara Municipal de Pirai - RJ

  
Câmara Municipal de Pirai

ao Diretor Legislativo

Poder Executivo, Ofici-  
-ado através do Ofício  
nº 166/2020, meco.

Em 19/06/2020



Ao Arquivo,

Arquivado.

Em 20/07/2020

  
Francis Bevilacqua Lima



PROCESSO Nº 00599/2020.  
ASSUNTO: CRIAÇÃO DE CARGOS.  
INTERESSADO: PODER EXECUTIVO.

Sr. Diretor Legislativo:

Estes autos vieram a mim distribuídos, por solicitação da Chefe do Departamento de Contabilidade e Orçamento, conforme despacho exarado nos autos para manifestação.

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de iniciativa do Exmo. Sr. Prefeito Municipal que visa alterar a estrutura de pessoal da Prefeitura Municipal de Pirai.

A estrutura administrativa de pessoal proposta para a Prefeitura Municipal de Pirai encontra-se colacionado no feito pelos documentos de folhas 02/13, Projeto de Lei Ordinária nº 20/20, instruída pelo Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro de folhas 02/12, portanto, cumprindo mandamento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presente Projeto de Lei nº 21/20, (folhas 02/13) proposto atende ao o princípio da legalidade, tendo em vista que o objeto do mesmo somente pode ser executado pelo Poder Executivo Municipal através de Lei aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores.

Tendo em vista que o objeto do Projeto de Lei Ordinária visa a alteração da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal conforme dispõe a Lei Orgânica do Município.

Desta forma, a criação de cargos, funções ou empregos públicos, bem como lei de organização administrativa municipal deixaram de ser disciplinadas através de Lei Complementar e passaram para Leis Ordinárias.

Não existe qualquer inconstitucionalidade formal ou material quanto à espécie normativa – Lei Ordinária – utilizada para alterar a estrutura administrativa de pessoal do Poder Executivo.

Em suma, o anteprojeto de lei se presta exatamente a corrigir disparidade entre o quantitativo de cargos em comissão e cargos efetivos, bem como manter os bons índices apresentados pelo Poder Executivo.

É medida razoável, feita com critério e planejamento, nos estritos limites da responsabilidade fiscal e orçamentária.

Pelas razões apresentadas, considera-se que a proposta é meritória e merecedora de aprovação, razão pela qual submeto a consideração de Vossa Senhoria para lavratura de parecer.

Em 20/05/2020.

*[assinatura]*  
Rodrigo Paulo Souza de Oliveira  
Subprocurador-Geral – Mat. 195-6



## **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PROCESSO Nº 00599/2020.

ORIGEM: CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

RELATOR: DARLEI GOMES DE MORAES.

MATÉRIA: Projeto de Lei Ordinária nº 21/20, de 07 de maio de 2020, que altera os quantitativo de cargos da Lei Municipal nº 719, de 30 de março de 2004.

### **I - PRELIMINARMENTE**

Encaminhada a esta Comissão, tempestivamente, o Projeto de Lei Ordinária nº 21/2020, de 07 de maio de 2020, que dispõe sobre alteração do quantitativo de cargos objeto do quadro pessoal conforme estipulado na Lei Municipal nº 719 de 30 de março de 2020.

### **II – DO RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº 21/2020, de 07 de maio de 2020, que dispõe sobre à alteração do quantitativo de cargos constante no quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Piraí, conforme fixado pela Lei Municipal nº 719, de 30 de março de 2004.

### **III - DO REGIME DE URGÊNCIA**

O Prefeito Municipal encaminhou o Projeto de Projeto de Lei Ordinária nº 21/2020, de 07 de maio de 2020, através da Mensagem nº 018/2020, requerendo a tramitação em regime de urgência, sem demonstração da relevância temática e do interesse público conforme determina a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Diante do exposto, o Relator OPINA e VOTA pela REPROVAÇÃO do Requerimento de Urgência de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, que roga pela tramitação em regime de urgência, tendo em vista, que a Lei Orgânica Municipal, dispõe deverá ser demonstrada a relevância do assunto sobre o qual é requerida o regime de urgência em projetos de lei.



#### IV - DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

O Projeto de Lei Ordinária versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição da República de 1988 e no artigo 51, inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Feitas estas considerações, não há vícios de iniciativa e competência no projeto de lei ordinária em comento. **Todavia, a Lei Complementar Federal nº 173 de 27 de maio de 2020, dispõe que é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.**

#### V - DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS

Preliminarmente, observa-se a ausência dos códigos de referências dos cargos a serem criados, bem como ter o quantitativo alterados em conformidade com os anexos da Lei Municipal nº 719, de 30 de março de 2004, que “dispõe sobre o quadro de pessoal e dá outras providências” e suas alterações posteriores.

Por outro lado, é importante ressaltar, a necessidade da previsão legal das atribuições dos novos cargos a serem criados, bem como deverá ser efetivado a real demonstração da necessidade de alteração do quantitativo do quadro de pessoal na forma do artigo 30, inciso I, da Constituição da República de 1988 e no artigo 51, inciso II, da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, verifica-se um equívoco no caput do artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária examinado, quando declara que ficam alterados os quantitativos de cargos do Quadro de Pessoal, constante na Lei nº 719, de 30 de março de 2004, sem indicação do anexo a ser alterado, tampouco sem indicação da nomenclatura dos cargos.

Diante do exposto, o Relator OPINA e VOTA pela REPROVAÇÃO no sentido de que as atribuições de cargos públicos devem ser disciplinadas por lei formal, o que fora feito pelo Projeto de Lei analisado.



GRUP - PIRAL - L.  
Processo n° 00599  
Substância ELKABF Fls 18

O Projeto de lei Ordinária em análise prevê a alteração do quantitativo e criação de cargos na Administração Pública Municipal, motivo pelo qual se faz necessário o acompanhamento dos anexos previstos no art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357).*

*I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

*II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.*

Por outro lado, **o Projeto de Lei em análise versa sobre a criação de cargos na Administração Municipal, razão pela qual encontra-se desatendido a determinação do art. 7º e 8º da Lei de Complementar 173, de 27 de maio de 2020, senão vejamos:**

*Art. 7º A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

***“Art. 21. É nulo de pleno direito:***

*I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:*

**II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;**

**IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:**



a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia, de direção e de assessoramento que não acarretem aumento de despesa, as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios, as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal, as contratações de temporários para prestação de serviço militar e as contratações de alunos de órgãos de formação de militares;

VII - criar despesa obrigatória de caráter continuado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º;

## VII - DO PARECER

Conheceu a proposição. Relatou. Examinou. Opinou pela improcedência por inconstitucionalidade formal e material do Projeto de Lei ora analisada, manifestando-se nos seguintes termos, conforme segue:



O Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, com fundamento no Regimento Interno, bem como nas disposições processuais vigentes, conheceu do Projeto de Lei Ordinária nº 21/20, de 07 de maio de 2020, opinando no mérito, por sua improcedência.


Ante o exposto, opinamos pela inviabilidade do Projeto de Lei nº 21/20 de 07 de maio de 2020, uma vez que maculado de inconstitucionalidade material, bem como por violação dos princípios constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito.

### VIII – DA OPINIÃO E DO VOTO

Voto desfavoravelmente, não devendo o feito ser encaminhado ao Plenário para votação. Cumpre ainda registrar que a inviabilidade do Projeto de Lei nº 21/20 de 07 de maio de 2020, por contrariedade a Lei Complementar nº 173/2020.

SALA DAS SESSÕES, 10 de junho de 2020.

CONCLUSÃO DO RELATOR: Pela rejeição do Projeto de Lei nº 21/20 de 07 de maio de 2020, por contrariedade a Lei Complementar 173/2020.


  
Vereador Darlei Gomes de Moraes  
- Relator -  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

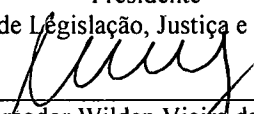
SALA DAS COMISSÕES, 10 de junho de 2020.


Membros das Comissões:

De acordo com o parecer do Ilustre Relator.

SALA DAS COMISSÕES, 10 de junho de 2020.

  
Vereador Mario Hermínio da Silva Carvalho  
-Presidente-  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

  
Vereador Wilden Vieira da Silva  
- Vice-Presidente -  
Comissão de Finanças e Orçamento

  
Vereador Darlei Gomes de Moraes  
- Relator - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final





Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro  
Gabinete do Presidente

C.M.P. - PIRAI - RJ  
Processo nº 00559  
Rubrica [assinatura] Fls. 21  
19 JUN 2020  
Feitas

OFÍCIO Nº 166/2020

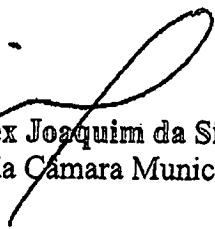
Pirai, 19 de Junho de 2020.

Exmo. Senhor,

Informo que os projetos constantes nas mensagens nº 004, 010, 013, 015, 017, 018 e 019/2020, foram rejeitados por descumprirem a Lei complementar nº 173/2020 em que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, reitero protestos de elevada e apreço.

Atenciosamente,

  
Alex Joaquim da Silva  
Presidente da Câmara Município de Pirai

Exmo. Sr.  
Dr. LUIZ ANTONIO DA SILVA NEVES  
DD.Prefeito Municipal de Pirai-RJ.